

---

**Pedido de Esclarecimento**

Construtora Novo Horizonte <Construtora.n.h@hotmail.com>  
Para: "licitacaoobrasarapiraca@gmail.com" <licitacaoobrasarapiraca@gmail.com>

3 de dezembro de 2021 16:06

SENHOR PRESIDENTE

VIMOS POR MEIO DO PRESENTE, INFORMAR QUE IMPETRAMOS RECURSO ADMINISTRATIVO PARA AS CONCORRÊNCIAS:

017/2021 - PROTOCOLADOS NO DIA 23/11/2021 - STATUS DE ACEITO  
010/2021 - PROTOCOLADOS NO DIA 02/12/2021 - STATUS DE ACEITO  
011/2021 - PROTOCOLADOS NO DIA 02/12/2021 - AGUARDANDO ACEITAÇÃO  
09/2021 - PROTOCOLADOS NO DIA 03/12/2021 - AGUARDANDO ACEITAÇÃO  
012/2021 - PROTOCOLADOS NO DIA 02/12/2021 - AGUARDANDO ACEITAÇÃO  
013/2021 - PROTOCOLADOS NO DIA 02/12/2021 - AGUARDANDO ACEITAÇÃO  
014/2021 - PROTOCOLADOS NO DIA 02/12/2021 - AGUARDANDO ACEITAÇÃO  
015/2021 - PROTOCOLADOS NO DIA 02/12/2021 - AGUARDANDO ACEITAÇÃO  
016/2021 - PROTOCOLADOS NO DIA 02/12/2021 - AGUARDANDO ACEITAÇÃO

INSTA SALIENTAR, QUE FOMOS REALIZAR O PROTOCOLO JUNTO AO PROTOCOLO INTERNO NO CENTRO ADMINISTRATIVO, CONFORME PRECONIZA O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

TODAVIA, FOMOS INFORMADOS QUE OS PROTOCOLOS DEVERIAM SER REALIZADOS DE FORMA ONLINE.

FOMOS ORIENTADOS A PROTOCOLAR DE FORMA ONLINE, JUNTO A SECRETARIA DE GESTÃO OU PARA O GABINETE.

OCORRE QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO FOI INFORMADO SOB O RECEBIMENTO DOS REFERIDOS RECURSOS.

AGUARDAMOS INFORMAÇÕES ACERCA DO QUE FORA AQUI INFORMADO.










ATENCIOSAMENTE

JOEL PEREIRA SILVA - SÓCIO ADMINISTRADOR

OBS. SEGUE LISTA DOS RECURSOS JUNTO AO PROTOCOLO INFORMADO.

---

**9 anexos**

-  **Serviços Online - Meus Processos.pdf**  
102K
-  **RECURSO CONCORRENCIA 009-2021.pdf**  
195K
-  **RECURSO CONCORRENCIA 012-2021.pdf**  
190K
-  **RECURSO CONCORRENCIA 013-2021.pdf**  
176K
-  **RECURSO CONCORRENCIA 014-2021.pdf**  
176K
-  **RECURSO CONCORRENCIA 015-2021.pdf**  
176K
-  **RECURSO CONCORRENCIA 016-2021.pdf**  
177K
-  **RECURSO CONCORRENCIA 010-2021.pdf**  
353K
-  **RECURSO CONCORRENCIA 011-2021.pdf**  
353K

Arapiraca-AL, 03 de Dezembro de 2021

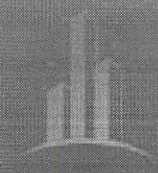
Painel de Serviços (<https://servicos.arapiraca.al.gov.br/dashboard>)Abrir Processo (<https://servicos.arapiraca.al.gov.br/processo/tipo-processo>)Meus Processos (<https://servicos.arapiraca.al.gov.br/processo/lista>)Consultar Processo Geral (<https://servicos.arapiraca.al.gov.br/processo/consulta>)

## Meus Processos

#	Nº Processo	Descrição	Data	Situação do Processo	Ações
1		TRATA-SE DE RECURSO...	03/12/2021	Aguardando Aceitação	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
2		TRATA-SE DE RECURSO...	03/12/2021	Aguardando Aceitação	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
3		TRATA-SE DE RECURSO...	03/12/2021	Aguardando Aceitação	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
4		TRATA-SE DE RECURSO...	03/12/2021	Aguardando Aceitação	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
5		TRATA-SE DE RECURSO...	03/12/2021	Aguardando Aceitação	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
6		TRATA-SE DE RECURSO...	03/12/2021	Aguardando Aceitação	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
7		TRATA-SE DE RECURSO...	02/12/2021	Aguardando Aceitação	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
8	32796	TRATA-SE DE RECURSO...	02/12/2021	Aceito	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
9	31647	RECURSO ADMINISTRATI...	23/11/2021	Aceito	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
10		RECURSO ADMINISTRATI...	23/11/2021	Processo com pendências	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
11	13636	SOLICITAÇÃO DA ATUAL...	27/05/2021	Finalizado	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )
12	4348	TERMO DE RESPOSTA DE...	02/03/2021	Aceito	Ver ( <a href="https://servicos.arapiraca.a">https://servicos.arapiraca.a</a> )







**Construtora Novo Horizonte Eireli EPP**

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 salas 02 e 03  
bairro: Brasília Arapiraca - Alagoas  
CEP 57.313-310

82 3522 - 2615  
construtora.nh@hotmail.com  
18.286.438/0001-43

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA – AL.

Ref. Concorrência nº 010/2021

OBJETO: Obras e serviços de construção de uma creche localizada no Vale do Perucaba no Município de Arapiraca.

**CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.286.438/0001-43, estabelecida na Rua Nossa Senhora do Ó, nº 682 – Sala 02 e 03, Bairro Brasília, Arapiraca – AL, CEP: 57.313-310, representada pelo seu sócio **JOEL PEREIRA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 786.941.244-91 e RG 1266602 – SSP-AL, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal e nos termos do Edital de Concorrência nº 010/2021 e do art. 109, I, “a”, c/c §4º da Lei 8.666/93, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra a r. decisão lavrada na Ata da Reunião de Licitação realizada em 23/11/2021, e JULGAMENTO PUBLICADO NO DIA 24/11/2021, que acabou por inabilitá-la no procedimento licitatório em virtude de “capacidade técnica técnica”, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

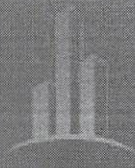
## **I — DOS FATOS SUBJACENTES**

A recorrente ao tomar conhecimento do certame licitatório, modalidade concorrência nº 010/2021 do Município de Arapiraca, e constatar que preenchia os requisitos resolveu dele participar com a mais estrita observância das exigências edilícias.

No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a recorrente inabilitada sob a alegação que segue:

11 **CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE EIRELI**, pelos motivos expostos a seguir:

- a. Por descumprir parte do subitem 7.1.3.3.1 do Edital, uma vez que conforme consta no Parecer Técnico emitido pela equipe técnica da Secretaria**



**Construtora Novo Horizonte Eireli EPP**

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 salas 02 e 03  
bairro: Brasília Arapiraca - Alagoas  
CEP 57.313-210

82 3522 - 2615  
construtora.nh@hotmail.com  
16.283.438/0001-43

*Municipal de Infra Estrutura, a empresa não comprovou a capacidade técnico operacional para o item 7.1 (Estrutura steel frame metálica em tesouras) e para o item 7.2 (Telha Sanduíche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5x0,43mm);(grifo nosso)*

- b. Por descumprir parte do subitem 7.1.3.4.2 do Edital, uma vez que conforme consta no Parecer Técnico emitido pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, a empresa não comprovou capacidade técnico-profissional para o item 7.1 (Estrutura steel frame metálica em tesouras).(grifo nosso)*

Pois bem senhor Presidente, como podemos constatar, a D. Comissão tomou como norte À DECIDIR PELA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE, TOMANDO COMO NORTE O PARECER DO SETOR DE ENGENHARIA DESTE ENTIDADE LICITADORA.

Ocorre que, com o devido respeito às decisões desta D. Comissão e aos pareceres do r. Setor de Engenharia deste Município, **ENTENDE ESTA RECORRENTE QUE A DECISÃO DE ALIJAR A MESMA DO CERTAME EM APREÇO É EQUIVOCADA**, por ir de encontro ao Instrumento A LEI GERAL DE LICITAÇÕES (ART. 30), ao Instrumento Convocatório, ao Princípio do Julgamento Objetivo, ao Princípio da Proporcionalidade, Razoabilidade, e legalidade, como restará provado ao longo desta peça recursal.

## **II — DAS RAZÕES DA REFORMA**

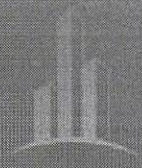
Preliminarmente, convém destacar o que estabelece o referido Edital em seu subitem 7.1.3.3.1, subitens: 7.1, 7.2 e 7.1.3.4.2 do Edital, que levaram a inabilitação da recorrente.

### **7.1.3. Qualificação Técnica:**

(...)

**7.1.3.3. Quanto à capacitação técnico-operacional:** apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de





## Construtora Novo Horizonte Eireli EPP

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 sala 02 e 03  
 bairro: Brasília, Arapiraca, Alagoas  
 CEP 57.313-310

82 3522 - 2615

construtora.nh@hotmail.com

18.283.438/0001-43

engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, devendo-se observar:

**7.1.3.3.1.** Os quantitativos mínimos considerados satisfatórios pelo Município de Arapiraca são os abaixo discriminados, **correspondentes a aproximadamente 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da presente licitação**, em consonância com a Súmula 263 do TCU e Acórdão 2.462/2007, sendo estes considerados suficientes para assegurar a execução dos serviços contratados, sem restringir o número de participantes na licitação: (grifo nosso)

Importante se faz necessário trazer para cá os quantitativos referente aos itens de maior relevância requisitados no edital. **Vejamos:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
7.2	Telha Sanduiche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm	m²	701
V			
7.1	Estrutura steel frame metálica em tesouras	m²	725

Feito a explanação do que fora requerido no edital por esta D. Comissão, passamos a comparar os ITENS EXIGIDOS NO EDITAL COMO PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL, COM OS APRESENTADOS PELA EMPRESA. VEJAMOS:

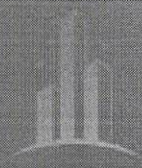
A RECORRENTE apresentou o acervo CAT 89791/14, em seu acervo, mais especificamente no ITEM 4.2 (ESTRUTURA METÁLICA) A REFERIDA CAT trás os seguintes subitens:

**4.2.1- ESTRUTURA METÁLICA TRELIÇADA EM AÇO DA COBERTA DO HALL DE ENTRADA – QUANTIDADE 456,11m²**




**4.2.2 - ESTRUTURA METÁLICA TRELIÇADA EM AÇO DA COBERTA DA BIBLIOTÉCA – QUANTIDADE 1.097,99m².**

Vejamos senhor Presidente, no que concerne a ESTRUTURA METÁLICA EXIGIDA COMO DE MAIOR RELEVÂNCIA, A RECORRENTE ATENDEU DE FORMA SATISFATÓRIA, UMA VEZ QUE A MESMA APRESENTOU QUANTITATIVO SUPERIOR AO EXIGIDO NO EDITAL, DE ESTRUTURA COM CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES, COMPATÍVEL COM AQUELA EXIGIDA.





**Construtora Novo Horizonte Eireli EPP**  
Rua Nossa Senhora do Ó, 682 salas 02 e 03  
barro: Brasília Arapiraca Alagoas  
CEP 57.313-310

 82 3522 - 2615  
 construtora.nh@hotmail.com  
 16.283.438/0001-43

RESSALTE-SE AINDA, QUE A REFERIDA ESTRUTURA, requerer mão de obra treinada e especializada, além disso nas ligações, serão utilizados solda ou parafusos. Igual a Estrutura Steel Frame, exigida no Edital.

No que tange ao telhamento, a RECORRENTE também atendeu de forma satisfatória o que fora exigido no edital, vejamos OS SUBITENS 4.2.8 E 4.2.9 DA CAT 89791/14:

**4.2.1- TELHA EM ALUMINIO C/ MIOLO POLIURETANO, TRAPEZOIDAL + TRAPEZOIDAL – QUANTIDADE 923,65m<sup>2</sup>**

**4.2.2 – TELHA EM ALUMINIO C/ MIOLO POLIURETANO, TRAPEZOIDAL + TRAPEZOIDAL, PRÉ PINTADA EM UMA FACE – QUANTIDADE 238,34m<sup>2</sup>.**

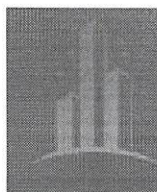
Notemos senhor Presidente, que também no que refere-se ao telha metálica, a empresa ora RECORRENTE, TAMBÉM ATENDEU EM QUANTIDADE E SEMELHANÇA AO REQUISITO CONSTANTE DO ITEM 7.1 PERTENCENTE A TABELA DOS IETNS DE MAIOR RELEVANCIA.

Ademais, insta salientar, e é do conhecimento do setor de engenharia deste Município, que a telha apresentada no acervo da recorrente é telha metálica, termo acústica e, o que não torna a estrutura idêntica a steel frame, é que esta possui uma maior pesagem, e sua montagem se dá por meio de parafusos, já no caso da apresentada pela recorrente sua montagem se da por meio de soldagem.

Como podemos constatar, resta-se equivocado o entendimento da Comissão de Licitação deste Município. ISSO PORQUE O ATESTADO SERVE PARA DEMONSTRAR QUE A LICITANTE JÁ EXECUOU OBJETO **SEMELHANTE** ao da licitação e não igual.

O simples fato de não ter apresentado atestado constando execução em **Steel Frame e Telha Sanduiche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm** de forma idêntica ao exigido não significa que a mesma não tenha condições de executar neste tipo de sistema.

Segundo ressalta MARÇAL JUSTEN FILHO, “Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. (...) Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. **A Administração apenas autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar.** Vale dizer, sequer se autoriza a exigência de objeto idêntico”.



**Construtora Novo Horizonte Eireli EPP**

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 s/nº - 02600-000  
barro: Brasília Arapiraca - Alagoas  
CEP 57.313-210

82 3522 - 2615  
construtora.nh@hotmail.com  
18.283.438/0001-43

O consagrado Doutrinador ressalta também: "É imperioso destacar que a Constituição autoriza apenas exigências que configurem um mínimo de segurança. Portanto, não se admitem exigências que vão além disso. Logo, a Administração não poderá respaldar seus atos como a invocação de que a exigência amplia sua segurança. É evidente que o máximo de segurança corresponderia ao máximo de restrição. ***Essa não é a solução autorizada pela Constituição.***"

A experiência a ser verificada é a da pessoa licitante e de seus responsáveis técnicos, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, ***sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.***

Não obstante o silêncio legal, o TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263, que:

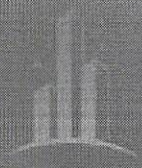
*"para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado".*

Para esclarecer melhor a questão de "similaridade de atestados de capacidade técnica" vejamos o posicionamento recente do Tribunal de Contas da União – TCU.

Acórdão 449/2017 – Plenário | Ministro  
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

*Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.*





**Construtora Novo Horizonte Eireli EPP**

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 - Jd. O2 e O3  
barro: Brasília Arapiraca - Alagoas  
CEP 57.313-210

82 3522 - 2615  
construtora.nh@hotmail.com  
18.283.438/0001-43

Acórdão 361/2017 – Plenário | Ministro  
Vital do Rego

*É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).*

Acórdão 1891/2016 – Plenário | Ministro  
Marcos Bemquerer

***Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.***

Ademais, é sabido que para fins de verificação da qualificação técnica, a Administração poderá exigir dos licitantes a apresentação de atestados de desempenho anterior que demonstrem sua capacidade técnica. Visando preservar a competitividade do certame, **todavia, tal exigência somente será válida relativamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93.**

***Imperioso informar, que a legislação e a jurisprudência determinam que a exigência dos quantitativos de maior relevância, deve se ater a serviços com características semelhantes, não sendo necessário que os mesmos sejam idênticos aos licitados. Devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.***

O TCU, ainda, conclui:

Identificação Acórdão 2462/2007 – Plenário.  
Número Interno do Documento AC-2462-49/07-P  
Grupo/Classe/Colegiado. Grupo II / Classe V /

## Construtora Novo Horizonte Eireli EPP

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 sala 0200  
bairro: Brasília Arapiraca Alagoas  
CEP 57.313-310

82 3522 - 2615  
construtora.nh@hotmail.com  
18.283.438/0001-43

Plenário. Processo 023.732/2007-0. Natureza Levantamento de Auditoria. Entidade: Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde. (...) 6. Os indícios de irregularidades graves que ensejaram a adoção da medida cautelar são os seguintes: (...) b.2) comprovação da capacitação técnico-operacional das licitantes por meio de certidões ou atestados provenientes de no mínimo dois e no máximo três contratos, sem expressas justificativas técnicas. (...) 12. Por fim, sugere também a unidade técnica: a) determinar à Prefeitura de Lucas do Rio Verde que, no caso de nova licitação para execução das obras em comento: a.1) abstenha-se de exigir comprovação de experiência em serviços de maior relevância em percentuais superiores a 50% dos quantitativos a executar, consoante firme jurisprudência deste TCU (Acórdãos 1.284/2003 e 2.088/2004, ambos do Plenário); (...)

Acórdão (...) ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.1.1. abstenha-se de estabelecer percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, art. 3º, § 1º, inciso I, e art. 30, inciso II, ambos da Lei 8.666/93; 9.1.2. abstenha-se de exigir número mínimo ou certo de contratos/atestados para comprovar a aptidão técnica dos licitantes, exceto quando o estabelecimento de um número definido for justificado e expressamente considerado necessário à comprovação requerida, em conformidade com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e com o art. 30, inciso II, e §§ 3º e 5º, da Lei nº 8.666/93.



## Construtora Novo Horizonte Eireli EPP

Rua Nossa Senhora do Ó, 652 salas 02 e 03,  
bairro: Brasília Arapiraca, Alagoas  
CEP 57.313-310.


☎ 82 3522 - 2615

✉ construtora.nh@hotmail.com

☎ 18.283.438/0001-43

Acórdão nº 170/2007 – Plenário – TCU  
Exigir-se comprovação de capacidade técnica para parcelas da obra que não se afiguram como sendo de relevância técnica e financeira, além de restringir a competitividade do certame, constitui-se em clara afronta ao estabelecido pelo art. 30 da Lei nº 8.666/93 e vai de encontro ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal". [VOTO]: Exigir-se comprovação de capacidade técnica para parcelas da obra que não se afiguram como sendo de relevância técnica e financeira, além de restringir a competitividade do certame, se constitui em clara afronta ao estabelecido pelo art. 30 da Lei nº 8.666/93 e vai de encontro ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que preconiza que o processo licitatório 'somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações'. Quanto mais exigir-se comprovação de aptidão técnica para execução de serviços que nem mesmo fazem parte do objeto licitado. Deve-se ter em conta, também, que referidas parcelas de pouca relevância referem-se a serviços que não envolvem tecnologias sofisticadas ou de domínio restrito, como instalações de gases medicinais, laje pré-moldada beta 12, porta de centro radiológico e revestimento de argamassa de cimento e barita, o que acentua o caráter restritivo à competição. Assim, incorporo às minhas razões de decidir a análise empreendida pela Unidade Técnica, transcrita no relatório precedente'. (TCU, Acórdão nº 170/2007, Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo, DOU de 16.02.2007.)

Acórdão nº 3.257/2013 – Plenário – TCU  
Trata-se de representação contra edital de licitação com vistas à aquisição de licenças de



**Construtora Novo Horizonte Eireli EPP**

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 salas 02 e 03,  
barro: Brasília Arapiraca Alagoas  
CEP 57.313-310

82 3522 - 2615  
construtora.nh@hotmail.com  
18.285.438/0001-43

uso de software e respectivos serviços de instalação e treinamento. Licitante alegou, entre outras irregularidades, a falta de identificação das parcelas de maior relevância do objeto licitado, para fins de julgamento dos atestados de capacidade técnica. Em síntese, a irregularidade cingia-se à ausência de justificativa técnica para a indicação de todos os seis softwares objeto da licitação como relevantes para fins de julgamento dos atestados de capacidade técnica. Realizadas as oitivas regimentais, lembrou a Relatora que as exigências devem recair sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo e "devem ser demonstrados no instrumento convocatório ou no processo administrativo da licitação, sendo desarrazoada, como forma de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, a exigência em edital de percentuais mínimos superiores a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço". Entretanto, no caso concreto, observou a Relatora que a licitação em foco tinha por objeto "a aquisição de seis licenças de softwares, cada qual compondo um item específico do certame e com previsão de aquisição de uma licença para cada um dos itens licitados". Desse modo, "por não se tratar de desenvolvimento de software, mas da aquisição de licenças já prontas, não há, no caso concreto, como indicar item de maior relevância para o produto em questão, que é uno e indivisível". O Plenário do TCU, acatando a proposta da Relatora, julgou improcedente a representação nesse ponto. (TCU, Acórdão nº 3.257/2013, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, DOU de 05.12.2013, Informativo nº 179, período de 02 a 06.12.2013.)

Acórdão nº 513/2003 – Plenário – TCU  
Diante de irregularidades na definição de critérios de habilitação, notadamente no que se refere à comprovação de experiência anterior, os Ministros do Tribunal de Contas da União acordaram em: "9.1. determinar ao (...),



## Construtora Novo Horizonte Eireli EPP

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 salas 02 e 03  
barro: Brasília Arep raca Alagoas  
CEP 57.313-210

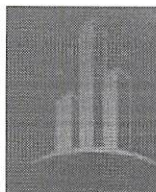
82 3522 - 2615  
construtora.nh@hotmail.com  
16.283.438/0001-43

cautelamente, inaudita altera par, que se abstenha de repassar quaisquer recursos destinados à obra (...); 9.2. determinar a audiência do Prefeito (...), para que justifique: 9.2.1.1. exigência de experiência anterior relativa a parcelas de valor não significativo em face do objeto da licitação, infringindo o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93 (...); 9.2.1.8. exigência, como experiência anterior, de percentuais variando entre 57,39% e 62,50% dos quantitativos a serem licitados para 13 dos 16 itens que compuseram a lista de serviços cuja experiência técnico-operacional anterior era indispensável (item 6.1.4.d.4 do edital), em vez de um mesmo percentual fixo, o que pode levar à conclusão de direcionamento em favor da empresa (...), que não conseguiria comprovar 60% em relação ao item 'Pré-fissuramento para corte em rocha'". (TCU, Acórdão nº 513/2003, Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, DOU de 26.05.2003.)

A eminente corte de contas, entende ser legal a a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, sendo vedada a exigência de quantitativos superiores a 50% do quantitativo licitado.

Seja qual for a modalidade adotada, deve-se ser garantida observância da isonomia, legalidade, impessoalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, previstos expressamente na Lei n. 8.666/1993.

Dentre as principais garantias, pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Todavia, a vinculação ao edital, deve está atrelada ao princípio da proporcionalidade, evitando julgamentos desproporcionais e demasiados.



**Construtora Novo Horizonte Eireli EPP**

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 salas 02 e 03  
barro: Brasília Arapiraca Alagoas  
CEP 57.313-210

82 3522 - 2615  
construtora.nh@hotmail.com  
16.283.438/0001-43

Ademais, na seara administrativa, segundo o mestre Dirley da Cunha Júnior, a proporcionalidade *"é um importante princípio constitucional que limita a atuação e a discricionariedade dos poderes públicos e, em especial, veda que a Administração Pública aja com excesso ou valendo-se de atos inúteis, desvantajosos, desarrazoados e desproporcionais"*.

***Destarte, além de sua previsão como princípio a ser obedecido pela Administração Pública na consecução de seus atos convém destacar que "nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público".***

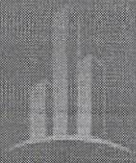
***Diante disso, INABILITAR uma pretensa vencedora de um certame licitatório, com o fundamento de que a mesma não atendeu a determinados itens solicitados, uma vez que a mesma atendeu de forma satisfatória aos requisitos estabelecidos, é fugir do regramento que deve se pautar todo agente público na consecução das suas atividades pública.***

Por todos os ângulos que se enxerga a questão, com a devida vênia, outra não deve ser a decisão senão a HABITAÇÃO da Empresa Recorrente.

Certo de que a INABILITAÇÃO da recorrente se deu em virtude de um equívoco por parte dessa D. Comissão, tendo em vista que a mesma na consecução de suas atividades, sempre zela age dentro da eficiência, objetivando atingir interesse público, agindo com observância aos princípios que regem a Administração Pública, principalmente o da legalidade, e o da isonomia entre os licitantes, a fim garantir que todos os atos praticados permaneça sem mácula.

Certo que esta D. Comissão reformará a decisão lavrada em ata por ser caminho único para pleno atendimento aos princípios da isonomia, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, e do julgamento objetivo, exigido pela Lei 8.666/93.





**Construtora Novo Horizonte Eireli EPP**

Rua Nossa Senhora do Ó, 682 salas 02 e 03  
barro: Brasília Arapiraca - Alagoas  
CEP 57.313-310

82 3522 - 2615  
construtora.nh@hotmail.com  
18.285.438/0001-43

Diante do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, reconhecendo-se o equívoco da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Atendido os pedidos acima que seja dada continuidade o processo licitatório.

Nestes Termos, pede e espera Deferimento.

Arapiraca – AL, 02 de dezembro de 2021.



Joel Pereira da Silva  
Sócio Administrador